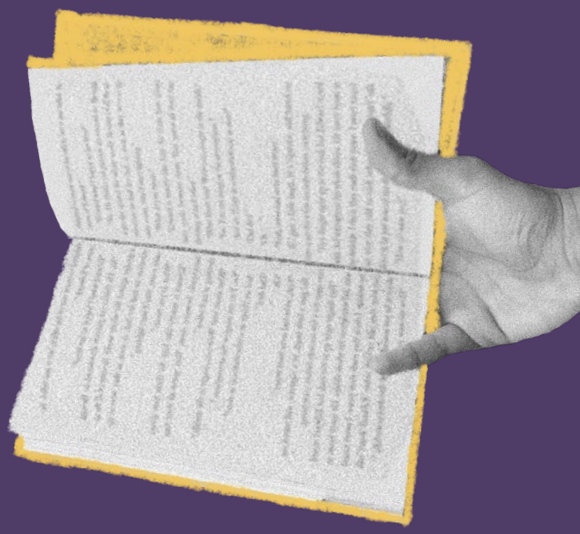
Recomendações aos Anos Finais do Ensino Fundamental



Elaboração: Equipe Fundação Carlos Chagas

Agosto 2022

Itaú Social

Fundação Carlos Chagas

Sumário

I Introdução 3

II Recomendações 7

1 Transição e Permanência 7

2 Raciocínio Computacional e Tecnologias Analógicas e Digitais 11

3 Leitura e Escrita 14

4 Práticas Pedagógicas e Formação Docente 16

4 Infraestrutura e Recursos Materiais e Humanos 18

III Síntese das Recomendações 20

IV Considerações Finais 21

Referências 23

I. Introdução

Este documento apresenta recomendações para a superação dos desafios e dificuldades dos anos finais do ensino fundamental e, portanto, para a melhoria dos resultados educacionais no Brasil. Essas recomendações são provenientes dos 14 projetos contemplados pelo **Edital de Pesquisa Anos Finais do Ensino Fundamental: adolescências, qualidade e equidade na escola pública** (doravante Edital Anos Finais) – lançado em 2018, fruto da parceria entre o Itaú Social e a Fundação Carlos Chagas.

O Edital Anos Finais teve por objetivo fomentar, apoiar e disseminar pesquisas aplicadas:

> Sobre os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º), cujas metodologias privilegiem a interação entre a pesquisa acadêmica e a realidade escolar e promovam a participação ativa dos atores envolvidos: escolas e/ou redes municipais e/ou estaduais de ensino (secretarias de educação e/ou diretorias de ensino) e/ou organizações da sociedade civil (OSCs). Os resultados devem apontar recomendações para a superação dos desafios dos anos finais do ensino fundamental. (Edital, p. 5).

O **Quadro 1** mostra informações sobre as 14 pesquisas contempladas, tais como título, coordenador/a e sua modalidade.

Quadro 1 – Informações sobre as 14 pesquisas contempladas pelo Edital Anos Finais

Modalidade de Pesquisa 1 – Estudos que partam de um diagnóstico dos anos finais	
Pesquisa	**Coordenador/a**
Expressão, simbolização e resolução de problemas: tratar a evasão e a desigualdade no pedagógico	Luciene Juliano Simões
Novos significados para alunos dos anos finais do EF no contexto da sócio educação: linguagens para a autonomia e a cidadania	Cátia de Azevedo Fronza
Escrever para aprender: diagnose e dispositivo pedagógico para os anos finais do EF	Clemilton Lopes Pinheiro
Sucesso escolar: em busca de estratégias para o fortalecimento de crenças de eficácia	Roberta Gurgel Azzi
Sexto ano, transições e participação: diagnóstico e intervenção no colégio municipal Presidente Castelo Branco, Pojuca, Bahia	Lys Maria Vinhaes Dantas

Modalidade de Pesquisa 2 – Estudos que sistematizem e avaliem um projeto ou programa educacional já implementado ou em implementação	
Pesquisa	**Coordenador/a**
Laboratórios socionaturais vivos como instrumento de melhoria pedagógica nos anos finais do EF	Maxim Paolo Repetto Carreno
Saberes em diálogo: docência, pesquisa e práticas pedagógicas	Rejane Reckziegel Ledur
Modalidade de Pesquisa 3 – Estudos que orientem a implementação de um projeto ou programa educacional já realizado	
Pesquisa	**Coordenador/a**
Laboratório de práticas audiovisuais - Lapa	Clarisse Maria Castro de Alvarenga
Desengaveta meu texto: práticas de leitura e escrita no EF II	Patrícia Silva Rosas de Araújo
Raciocínio computacional em prática: desenvolvendo criatividade, criticidade e logicidade nos anos finais do EF	Ecivaldo de Souza Matos
Letramento multimídia estatístico Leme: uma interação entre a pesquisa acadêmica e a realidade escolar dos anos finais do EF	Mauren Porciúncula Moreira da Silva
Nós propomos!? Goiás: construção do pensamento geográfico e atuação cidadã dos alunos dos anos finais do EF	Karla Annyelly Teixeira de Oliveira
A cidade como espaço de aprendizagem: práticas pedagógicas inovadoras para a promoção da cidadania e do desenvolvimento social sustentável	Eliane Schlemmer
A convivência como valor nas escolas públicas: implantação de um sistema de apoio entre iguais	Luciene Regina Paulino Tognetta

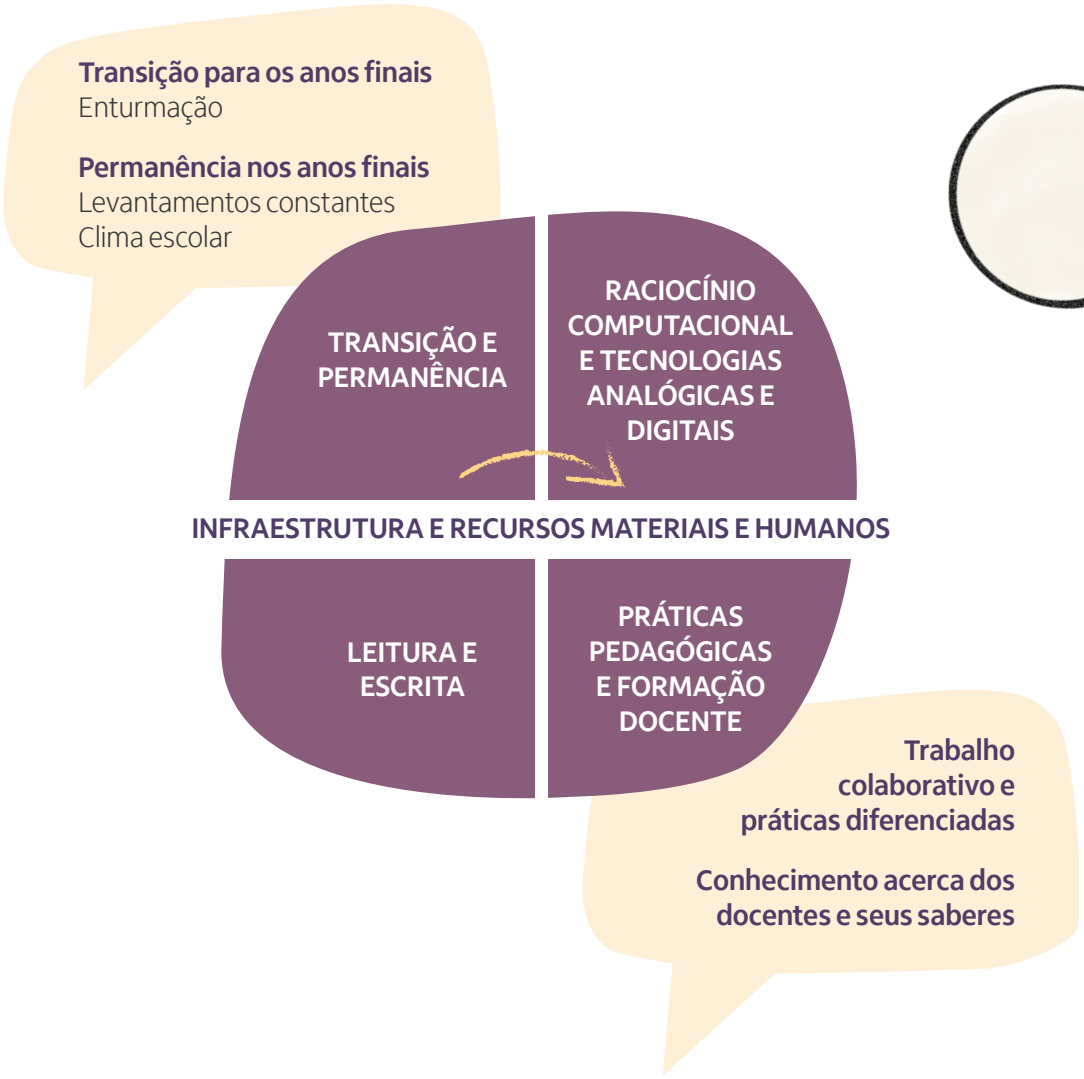
As fontes de referência aqui utilizadas foram os Sumários Executivos e os pareceres dos supervisores, documentos que acompanharam os relatórios de pesquisa[1]. Cabe notar que a pandemia de Covid-19 colocou em evidência muitos desafios relativos à infraestrutura, ao

1 Para conhecer os 14 projetos de pesquisa, consulte a **Central de Pesquisas dos Anos Finais**

uso de tecnologias e à organização do trabalho pedagógico para o formato remoto emergencial. Algumas recomendações que aqui constam apontam para aspectos que emergiram desse momento de saúde pública e de suas implicações para o cotidiano escolar.

O conjunto de recomendações foi trabalhado pela equipe da FCC, que as organizou por categorias e, quando necessário e pertinente, incluiu subcategorias como forma de destacar os elementos centrais dos vários assuntos abordados. **A elaboração dessas categorias teve o objetivo de captar as especificidades dos anos finais do ensino fundamental, muito embora se vá notar que elas sejam pertinentes também para outras etapas da educação básica**. A **Figura 1** indica cada uma delas, de forma a permitir a visualização dos vários aspectos destacados pelos pesquisadores.

Figura 1 – Relação de categorias, subcategorias e itens das recomendações propostas pelas 14 pesquisas contempladas pelo Edital Anos Finais



A Figura 1 revela que algumas das categorias nela constantes abordam assuntos que não são, em sua maioria, desconhecidos e que não têm sido ignorados pelos sistemas de ensino ou pelas pesquisas educacionais disponíveis. Entretanto, elas **reforçam a importância desses tópicos quando eles ganham destaque nas recomendações das pesquisas desenvolvidas pelo Edital Anos Finais**, ou seja, pesquisas recentes voltadas às modalidades, campos temáticos e espaços educativos diversos. Cabe ressaltar que essas recomendações têm limitações, uma vez que os 14 projetos selecionados não contemplaram outras temáticas pertinentes aos anos finais, como, por exemplo, educação especial; do campo; desigualdades de gênero e sexualidade; avaliações de sistema; educação integral; gestão escolar etc. De qualquer forma, **as contribuições advindas desses 14 estudos apontam caminhos para o enfrentamento dos desafios e para a superação de dificuldades da educação básica** que podem levar a uma educação de melhor qualidade.

Cabe destacar, ainda, que são muitas as desigualdades presentes no Brasil geradas pela estrutura socioeconômica do país, da qual a pobreza é a expressão mais evidente. Elas afetam o sistema educacional, o que exige que as políticas públicas atuem para reduzir essas desigualdades na educação. Não causa espanto o fato de ser ela mais acintosa dentre alunos negros, pertencentes a grupos de imigrantes, quilombolas, ribeirinhos ou vivendo na periferia das grandes cidades. As recomendações, detalhadas a seguir, reiteram condições que precisam estar asseguradas para sustentar e garantir o direito de aprendizagem de todos os adolescentes e jovens em idade de frequentar os anos finais do ensino fundamental, o que contribui para tornar os sistemas educacionais mais eficazes e igualitários.

Da mesma forma, é importante enfatizar que muito do que **as pesquisas recomendaram como ações, embora centradas na escola, precisam contar com a importante liderança das secretarias municipais e estaduais de educação e de seus respectivos gestores**. Ou seja, as ações propostas podem ser lideradas por docentes ou gestores escolares, mas elas, sem dúvida, **só serão potencializadas se as secretarias assumirem seu papel de liderar políticas e programas que apoiem essa implementação**.

Para melhor situar o leitor, as categorias que organizam as recomendações são precedidas por um texto que as explica.

II. Recomendações

1. TRANSIÇÃO E PERMANÊNCIA

O ensino fundamental é o segmento mais longo da educação básica brasileira e divide-se em duas etapas, denominadas de anos iniciais – 1º ao 5º ano – e anos finais – 6º ao 9º ano. Nos anos iniciais, as crianças contam com um professor polivalente e, na etapa seguinte, quando a alfabetização se encontra em geral concluída, seus professores passam a ser especialistas em suas disciplinas, situação que amplia, abruptamente, o número de docentes com os quais precisam interagir. Além dessa dificuldade em lidar com estilos de docência diversos, **os adolescentes acolhidos nos anos finais estão passando pela transição da infância para a adolescência e experimentando mudanças biológicas e psicológicas** de vulto, como novas possibilidades do ponto de vista cognitivo, maior busca por autonomia, maior interação com o grupo de mesma idade etc. Esse período impacta a forma como os estudantes lidam com as práticas pedagógicas e pode contribuir para a permanência ou abandono da escola. **As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica enfatizam a necessidade de integração entre as etapas e a relevância da continuidade no processo de ensino-aprendizagem** como importantes estratégias para garantir uma boa transição:

> [...] não menos necessário é uma integração maior entre anos iniciais e anos finais do ensino fundamental. Há que se superar os problemas localizados da passagem das séries iniciais e das séries finais dessa etapa, decorrentes de duas diferentes tradições de ensino. Os alunos, ao mudarem de professor generalista dos anos iniciais para professor especialista dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos anos finais. Essa transição acentua a necessidade de um planejamento curricular integrado e sequencial e abre a possibilidade de adoção de formas inovadoras a partir do 6º ano [...] (BRASIL, 2013, p. 120).

Embora haja apenas uma pesquisa no Edital específica sobre a transição dos anos iniciais para os finais, as temáticas do sucesso e do clima escolar apareceram de modo explícito em dois estudos e transversalmente em outros.

Ações

Transição dos anos iniciais para os anos finais

- Enturmação

1. Propor ações que visem favorecer a transição dos estudantes do 5º ano, construindo diálogos entre segmentos e equipes escolares.
2. Promover estratégias de enturmação dos estudantes do 6º ano, como a de manter, em uma mesma sala, colegas que participem de suas redes sociais e afetivas, formadas em turmas/escolas anteriores.
3. Definir um professor que seja referência para os estudantes do 6º ano, para atuar no acolhimento e na tutoria dos novos alunos, orientando-os, por exemplo, quanto à estrutura curricular e à rotina escolar da nova etapa.
4. Definir grupos de estudantes do 7º, 8º e 9º anos como forma de fortalecimento do protagonismo estudantil envolvendo-os na recepção, na enturmação dos ingressantes e promoção de ações de convivência contínuas, como grêmios escolares.
5. Implementar grupos de acompanhamento aos estudantes que reflitam sobre aspectos das transições (a escolar e a da entrada na adolescência) que estão vivendo e possam levar ao enfrentamento das adversidades encontradas nesse contexto.
6. Implementar a pluridocência nos 4º e 5º anos (mesmo que não plena) para familiarizar os estudantes com o uso de diferentes estratégias didáticas e vivências que qualificam a permanência no 6º ano.

Permanência nos anos finais

- Levantamentos constantes

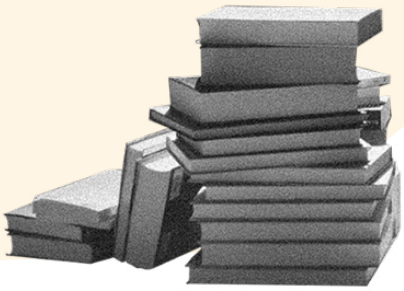
7. Investigar as especificidades dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental à luz de sua inserção sociocultural e socioeconômica, atentando para suas necessidades, interesses e objetivos, para a relação que mantêm com a escola e para os conhecimentos e hábitos de estudo já adquiridos, privilegiando ações que se voltem àqueles que se encontram em situação mais vulnerável.

8. Conhecer, por meio de estudos, etnografias, diagnósticos, como os adolescentes e jovens percebem suas relações com a escola, pois o que nela vivem e sentem pode orientar estratégias e ações visando assegurar o aprendizado e a permanência.

9. Mapear as crenças de autoeficácia dos estudantes, a fim de utilizar estratégias que fortaleçam aqueles com crenças mais frágeis.

10. Monitorar periodicamente o abandono, a evasão e a repetência, identificando fatores causais, para (re)pensar medidas que construam o sucesso escolar de adolescentes e jovens.

11. Identificar e compreender como se dá o desenvolvimento dos adolescentes indígenas e de territórios quilombolas, de refugiados e povos ribeirinhos, seus processos identitários e de socialização, considerando as dimensões de gênero, raça, capacidade/deficiência, para que possam ser relacionados aos processos formativos da escola e contribuírem para fortalecer sua inserção, integração e inclusão no ambiente escolar e na comunidade.



- Clima escolar

12. Desenvolver políticas públicas com programas de melhoria da convivência e de proteção escolar que integrem essas temáticas com ações que não sejam justapostas e que possibilitem a formação de professores para implementação de programas planejados, sistematizados, organizados de maneira contínua e não apenas pontualmente.

13. Realizar ações para o acolhimento dos estudantes e familiares na primeira semana de aula e em outros momentos que se façam necessários, como estratégia de favorecimento da afiliação dos estudantes nos anos finais do ensino fundamental.

14. Promover a aproximação entre estudantes a partir de temáticas de seus interesses (culturas juvenis indicadas por eles) e desenvolver projetos interdisciplinares, visando o engajamento estudantil e o desejo de aprender.

15. Incorporar a temática do sofrimento emocional e da convivência/cyberconvivência ao cotidiano da escola, realizando ações de acolhida e de atenção a essas questões não somente na primeira semana de aula, mas permanentemente.

16. Incentivar e preparar a gestão da escola e o corpo docente para discutirem com os alunos e suas famílias temáticas que favoreçam a convivência presencial e a cyberconvivência respeitosa, além do bem-estar dos estudantes, prevenindo o sofrimento emocional que assola muitos adolescentes e jovens, tais como as que tratam de:

    - racismo estrutural, pós-colonialismo e patriarcalismo, as que ensejam preconceitos de raça/etnia e discriminações com base em gênero, bem como as que incidem em formas de capacitismo;
    - *bullying*, que implica depressão, dificuldade para se relacionar, apatia, falta de motivação e queda do rendimento escolar.

17. Elaborar propostas pedagógicas que promovam a expressão de diferentes culturas e/ou história (indígenas, quilombolas), oferecendo uma educação antirracista e de cultura da paz.

18. Realizar ações constantes e transversais de manutenção do clima escolar, como rodas de conversas sobre assuntos motivadores, como os da literatura, da música, do audiovisual, permitindo que os problemas de violência e isolamento do território periférico sejam constantemente simbolizados, expressos e discutidos em grupo, ao invés de resolvidos caso a caso, como se fossem problemas individuais de responsabilidade do estudante e de suas famílias.

19. Divulgar trabalhos dos alunos na escola e fora dela, na comunidade escolar e no município/estado, favorecendo o diálogo, o estabelecimento de laços, o conhecimento das dificuldades comuns que afetam as escolas e a busca conjunta de suas soluções.

- Articulações intersetoriais

20. Mapear, integrar, conhecer e estabelecer pactos de atuação conjunta da escola e o restante da rede de proteção da criança e do adolescente.

2. RACIOCÍNIO COMPUTACIONAL E TECNOLOGIAS ANALÓGICAS E DIGITAIS

A utilização de tecnologias na educação contemporânea é um dos desafios colocados para os anos finais do ensino fundamental. **A importância das tecnologias analógicas e digitais no ambiente educacional aparece já na Meta 2 (2.6) do Plano Nacional de Educação - PNE** (2014-2024), que prevê a universalização da educação básica, orientando o sistema educacional a "desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário [...]", favorecendo,

assim, a construção de ambientes de aprendizagem significativa. Além disso, a tecnologia aparece de forma transversal em outras nove metas do PNE, o que demonstra sua importância em diferentes aspectos da organização do ensino-aprendizagem na contemporaneidade.

Na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), as tecnologias educacionais são ainda mais enfatizadas, pois foram articuladas diretamente aos componentes curriculares, sobretudo em Linguagens e suas tecnologias e Matemática e suas tecnologias. **Isso significa que há uma preocupação em tratar as tecnologias como transversais a todos os componentes curriculares**, mobilizando suas potencialidades para o fortalecimento do ensino de todas as áreas, o que pode ser demonstrado pela competência geral número cinco, colocada pela BNCC:

> Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2017, p. 9)

Nesse sentido, fica estabelecido que os sistemas educacionais (federal, estadual, municipal e privado) devem compor estratégias de mobilização de tecnologias na educação que se voltem à promoção dos processos de ensino e de aprendizagem, oferecendo instrumentos e formação adequados à utilização desses meios.

Nessa categoria, também houve apenas uma pesquisa do Edital dedicada especificamente à temática em questão, mas a tecnologia foi abordada por várias outras de modo transversal.

Ações

1. Criar e/ou ampliar formações continuadas de professores para apropriação das tecnologias e raciocínio científico-computacional como estratégia de ensino e de aprendizagem dos estudantes.
2. Promover a apropriação e o uso adequado das tecnologias digitais e da inteligência nos espaços educacionais, com foco no uso de artefatos computacionais ou analógicos pautados nos conhecimentos científicos sobre dados ou computação, para consolidar o letramento digital de professores e alunos.

3. Promover o raciocínio computacional dos estudantes e professores, tendo em vista que ele desenvolve a criatividade, a criticidade e o raciocínio lógico.
4. Promover a pesquisa e o raciocínio científico nas escolas, mobilizando conhecimentos computacionais e equipamentos disponíveis para ampliação de acesso aos conteúdos, análise de dados e demonstração de resultados alcançados pelos estudantes.
5. Promover processos e jogos pedagógicos virtuais ou gamificados que interessem aos envolvidos e à comunidade escolar e que favoreçam a interdisciplinaridade, mobilizando conhecimentos curriculares obrigatórios.
6. Desenvolver novas maneiras de construir e ampliar a ação e comunicação das comunidades escolares, utilizando instrumentos tecnológicos analógicos ou digitais.
7. Desenvolver novas maneiras de estabelecer contato com os alunos, promovendo a cocriação e aprendizagem de novas formas de comunicação e de interação, tais como as audiovisuais, que envolvem o som, a imagem e a palavra remota, e os jogos.
8. Ampliar as propostas de protagonismo juvenil por meio da utilização de estratégias de ensino-aprendizagem que mobilizem o aparato tecnológico disponível nas instituições escolares, como computadores, projetores, aparelhos de som etc. em conexão com os conhecimentos dos jovens, suas realidades e suas perspectivas criativas.
9. Mobilizar os recursos tecnológicos disponíveis na escola para promover a integração dos estudantes em sua diversidade sociocultural, conhecer e acessar a história e cultura afro-brasileira e indígena e, ainda, construir conhecimentos voltados à interculturalidade.

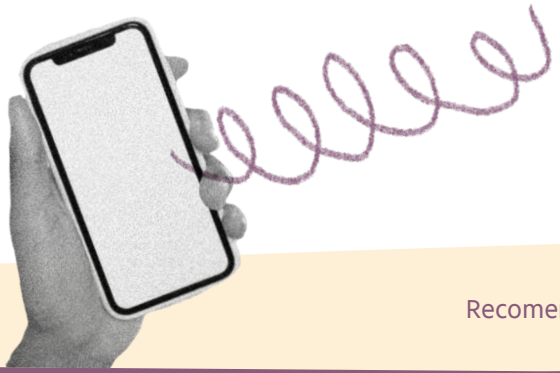
10. Criar um programa de ciência aberta e cidadã para promover uma educação fundamentada em pesquisa, sustentável em conexão com a vida no planeta, envolvendo escola, comunidade, universidade, governo, empresas e Organizações da Sociedade Civil.

11. Criar acervos audiovisuais nas instituições escolares, buscando promover o conhecimento do cinema nacional e internacional e fundamentando a criação de materiais pelos alunos e professores baseados em seus contextos e identidades locais.

3. LEITURA E ESCRITA

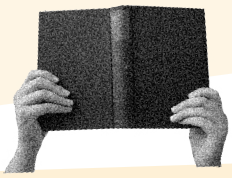
Nos anos finais do ensino fundamental, a BNCC de Língua Portuguesa salienta algumas especificidades dos adolescentes que frequentam essa etapa de ensino, tais como **crescente participação crítica em contextos comunicativos variados e a interação com um número cada vez maior de interlocutores**. Em razão disso, há forte **ênfase à aprendizagem dos gêneros textuais, tais como: jornalístico, publicitário, legal e normativo, reivindicatório e propositivo, didático-expositivo, narrativo e poético**. Adicionalmente, a BNCC ressalta a importância dos conhecimentos sobre a Língua Portuguesa para que o estudante possa se apropriar do sistema linguístico que a organiza. Todos esses aspectos não devem ser tomados apenas como uma lista de conteúdos que não se vinculam às práticas de linguagem (BRASIL, 2017).

As quatro pesquisas do Edital Anos Finais dedicadas à leitura e/ou escrita não tiveram como foco principal o diálogo com a BNCC, mas se pode apreender de seus resultados que a consolidação da leitura e escrita deve ser uma especificidade dos anos finais do ensino fundamental, tendo em vista serem elas ferramentas centrais e estratégicas para a aprendizagem das disciplinas escolares, atuando, portanto, de maneira transversal.



Ações

1. Realizar diagnósticos que permitam regulação das estratégias de ensino e aprendizagem de leitura e escrita, investigando:
   - os níveis de autoeficácia percebida por estudantes dos anos finais do ensino fundamental;
   - as habilidades e competências discursivas dos alunos.
2. Favorecer práticas de leitura e escrita em todas as disciplinas do currículo, por meio de projetos integradores, utilizando a linguagem de maneira contextualizada, voltada a explorar aspectos culturais, sociais e científicos, afastando-se de práticas normativas e descontextualizadas.
3. Criar outros tempos e espaços fora da sala de aula para estudos e atividades de leitura e escrita, como oficinas de escrita de gêneros diversos.
4. Propor práticas de leituras e escritas variadas e atividades que ampliem a autoria dos alunos, por meio da expressão e da experimentação (escrita em redes sociais, blogs, sites, vídeos, produção de podcast literário, bate-papo na turma, círculo de conversa com outros leitores, talk show abordando a temática de um livro, entrevista com o autor etc.).
5. Salientar a escrita e reescrita do texto, que podem envolver, por exemplo, várias etapas como: I) contextualização (discussão preliminar sobre o assunto); II) planejamento do texto; III) escrita da primeira versão; IV) intervenção/correção no plano dos conteúdos; V) intervenção/correção no plano da forma; e VI) escrita da versão final.
6. Compartilhar as práticas leitoras e escritoras para além da sala de aula, em espaços distintos (saraus literários, feiras literárias, web-rádios, redes sociais, clubes de leitura, revistas etc.), divulgando os textos dos estudantes.



7. Cuidar para que a literatura seja ensinada como uma prática de fruição e, para tanto, atentar para as características socioculturais, idade, nível maturacional, interesse dos estudantes etc., em substituição ao preenchimento de fichas de leitura propostas no livro didático e à resolução de exercícios repetitivos.

8. Constituir equipes de apoio e orientação nas secretarias de educação para acompanhar os professores em suas ações de leitura e escrita nas escolas e assegurar condições favoráveis para tanto.

4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO DOCENTE

A docência envolve um conjunto de práticas pedagógicas que se inicia na reflexão intencional, sistemática e leva a uma ação consciente, cujo propósito é oferecer condições de aprendizagem aos alunos. **A formação continuada, por sua vez, ferramenta central de desenvolvimento profissional, permite aos professores construir, aprofundar, ampliar e atualizar conhecimentos de diferentes naturezas, que contribuem para um ensino de boa qualidade**. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9.394 (BRASIL, 1996), em seu artigo 63, inciso III, regulamenta a necessidade de que programas de formação continuada sejam oferecidos aos profissionais da educação em seus vários níveis, e o Parecer CNE/CP n. 01 (BRASIL, 2015) reassegurou sua importância. Embora os objetivos da formação inicial e continuada estejam atualmente sendo alvo de intensas discussões nos meios educacionais em razão da Resolução CNE/CP n. 02 (BRASIL, 2019) modificar o estipulado em 2015, é importante destacar que **o ensino é uma atividade profissional que se apoia num sólido repertório de conhecimentos que estão na base da profissão e que não são aprendidos espontaneamente**. Entre as recomendações dos 14 projetos, várias diziam respeito à formação docente, apesar de apenas um projeto ter tido essa temática como central.

Ações

Trabalho colaborativo e práticas diferenciadas

1. Criar e fortalecer "comunidades de aprendizagem docente" na escola, com o propósito de refletir e encontrar, coletivamente, soluções para problemas comuns e compartilhar práticas pedagógicas inventivas e criativas que integrem variadas áreas de conhecimento e empreguem tecnologias analógicas e digitais, buscando melhorar a docência e a aprendizagem dos alunos.
2. Promover a socialização de experiências entre professores da rede de ensino, notadamente entre os mais experientes e os novatos.
3. Promover eventos entre instituições escolares para o compartilhamento de conhecimentos e materiais elaborados pelos professores e estudantes, promovendo integração entre equipes e difusão de projetos inovadores.
4. Promover a construção coletiva do planejamento curricular envolvendo professores dos anos iniciais e finais, tendo em vista facilitar a transição dos estudantes.
5. Favorecer uma reflexão crítica da BNCC nas escolas por meio de um trabalho colaborativo entre equipe gestora, professores e estudantes, sobretudo para deixar de dar ênfase aos descritores e centrar a atenção nos campos de atuação e nas práticas.
6. Propiciar situações de aprendizagem capazes de mobilizar e envolver a escola como um todo e que:
    - Ensinem estratégias autorregulatórias e autônomas de aprendizagem.
    - Envolvam os alunos em temáticas de seu interesse, por dizerem respeito a suas vivências e a sua realidade sociocultural.

- Aproximem adolescentes e jovens da cultura escolar, adotando, por exemplo, práticas audiovisuais que dialogam com as formas empregadas pelos adolescentes para se expressarem.
- Contemplem práticas interdisciplinares e interculturais.

Conhecimento acerca dos docentes e dos seus saberes

7. Elaborar um plano de ação que contemple a investigação dos seguintes aspectos, entre outros:
    - a percepção que os professores têm sobre a qualidade de sua formação para o ensino e suas necessidades formativas;
    - as crenças de autoeficácia que possuem;
    - os temas recém-incorporados à escola, como, por exemplo, a cyberconvivência e o sofrimento emocional;
    - o grau de domínio da variante de prestígio da língua portuguesa, do letramento científico e digital.
8. Delinear um plano de formação continuada que promova a aquisição de conhecimentos e de estratégias pedagógicas voltados à trajetória escolar bem-sucedida dos estudantes.
9. Criar mecanismos para favorecer a participação dos professores na discussão e implementação de diretrizes educacionais, evitando decisões que desconsiderem seu protagonismo.

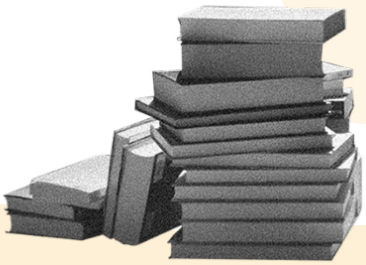
4. INFRAESTRUTURA E RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS

A infraestrutura escolar, embora não tenha sido objeto específico de pesquisa de nenhum dos projetos aprovados no Edital Anos Finais, aparece, como seria de se esperar, nas re-

comendações de muitos deles. **Efetivamente, não se pode conceber a oferta de uma educação de boa qualidade quando o prédio escolar não conta com serviços básicos** (água, esgoto, energia, internet etc.), com espaços adequados para atender às necessidades educativas (banheiros, cozinha, bibliotecas, laboratórios, quadras de esporte etc.) ou com equipamentos essenciais em quantidade e qualidade suficientes. Esses problemas são uma preocupação constante dos educadores e alvo de políticas públicas, como a Lei n. 12.244 (BRASIL, 2010) e o PNE (BRASIL, 2014), que levaram, nas últimas duas décadas, a menor fragilidade nesse aspecto, ainda que muitos problemas de infraestrutura permaneçam. Em especial no decorrer da pandemia, as precariedades das instalações escolares e de seus equipamentos foram bem evidenciadas e os projetos, ao recomendarem melhorias em sua infraestrutura, salientam, mais uma vez, que **não basta o acesso à escola: é preciso assegurar condições para que os alunos nela permaneçam com sucesso**.

Ações

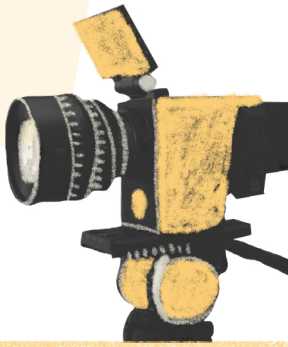
1. Repensar a estrutura física da escola de modo a disponibilizar, construir ou revitalizar bibliotecas e salas de aula para que possam acomodar livros, facilitando o acesso a eles e a circulação de seus acervos.
2. Ampliar e fortalecer a infraestrutura tecnológica das escolas e redes de ensino (cobertura de banda larga; aumento do número de computadores e acessórios, de laboratórios de informática, de lousa digital), para acesso e utilização de novas tecnologias no ambiente escolar.
3. Assegurar, nas escolas, um espaço multimídia qualificado e atualizado (com tecnologias itinerantes e boa conectividade), para que estudantes e professores possam criar/cocriar seus projetos, desenvolvê-los, implementá-los e divulgá-los, avaliando sempre os benefícios auferidos e as dificuldades vencidas.
4. Criar plataformas digitais que possibilitem a conexão entre estudantes de diferentes instituições, de forma que possam



elaborar coletivamente jogos, conteúdos de ensino, trocas de experiência e outros conhecimentos em tempo real, promovendo sua aprendizagem e a integração dos envolvidos.

5. Elaborar um acervo audiovisual e constituir uma curadoria (formada por professores e alunos) para que a escola possa realizar, promover e divulgar mostras de filmes.

6. Criar e consolidar políticas de valorização do magistério que, além de contemplarem melhores salários, planos de carreira e formação continuada, lutem por condições objetivas de trabalho (menor número de alunos por sala e de turmas, carga horária mais flexível etc.), já que práticas de ensino bem fundadas teórica e metodologicamente contribuem para a melhoria da qualidade de ensino, mas não são, em si, suficientes.



III. Síntese das Recomendações

Como destacado no início deste documento, por ocasião da descrição da Figura 1, muitas ações mencionadas nas diversas categorias abordam aspectos reiteradamente estudados e/ou que já vem sendo considerados nas políticas públicas. Por outro lado, essa reiteração chama a atenção exatamente por ainda ser considerado um desafio a ser enfrentado. Apresenta-se a seguir uma síntese de tais recomendações.

Os destaques sobre enturmação e permanência apresentados na categoria **Transição e permanência** revelam ênfase em recomendações de ações direcionadas para acolhimento, pertencimento e convivência respeitosa, seja presencial ou cyberconvivência. Vários aspectos relacionados às ações destacadas são hoje trabalhados na escola na dimensão socioemocional, que vem ganhando crescente destaque antes mesmo da chegada da pandemia da Covid-19 e que, neste momento de retorno ao ensino presencial, mostra-se ainda mais indispensável.

As ações relacionadas na categoria **Leitura e escrita** permitem mencionar que é necessário considerar que o letramento não está finalizado ao término dos anos iniciais. É necessário contínuo monitoramento e o oferecimento constante de práticas diferenciadas de leitura e escrita que contribuam para sua consolidação.

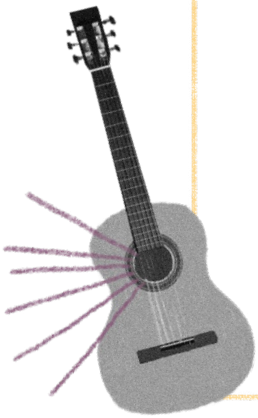
A categoria **Raciocínio computacional e tecnologias analógicas e digitais** mostra a importância inegável do domínio dos aspectos tecnológicos por parte da sociedade contemporânea. A escola também não pode ignorar esses aspectos, uma vez que facilitam a comunicação entre estudantes e entre comunidades escolares, a construção de estratégias cognitivas, o protagonismo dos alunos etc.

A categoria **Práticas pedagógicas e formação docente** relaciona ações direcionadas ao conhecimento das escolas sobre seu corpo docente e à formação continuada dos professores de forma a garantir práticas de ensino integradas e articuladas.

Para que as recomendações acima apontadas possam ser realizadas com sucesso, é fundamental que se olhe para as ações da categoria **Infraestrutura e recursos materiais e humanos**, especialmente no tocante à instalação do aparato físico e tecnológico no espaço escolar e às condições de trabalho e valorização da docência. Esta é uma responsabilidade tanto das secretarias quanto da gestão escolar, dado que lhes cabe elaborar, preparar e apoiar continuamente processos e práticas que facilitem o funcionamento do cotidiano escolar.

IV. Considerações Finais

Finalizando este documento, três observações fazem-se necessárias. A primeira diz respeito ao caráter genérico das recomendações, que não necessária e especificamente se referem aos anos finais do ensino fundamental. Isso se justifica porque, quando se adentra o espaço escolar, os problemas dos anos finais são desafios que também atingem outras etapas da educação básica. As dimensões que parecem ser as mais inerentes e importantes para esse segmento foram agrupadas nas três primeiras categorias:



a. a transição e a permanência são aspectos centrais, que precisam ser tratados com empenho e dedicação, porque deles depende a aprendizagem bem-sucedida dos estudantes dos anos finais;

b. a leitura e escrita precisam já estar consolidadas nesse segmento pois, se não estiverem, causarão prejuízos para a compreensão e apropriação das demais disciplinas;

c. a tecnologia, tendo em vista que que as novas gerações – e especialmente os adolescentes – dialogam com o mundo virtual e imagético e a escola não pode desconhecer essa realidade.

A segunda observação diz respeito ao fato de que alguns projetos foram realizados em contextos educacionais específicos e, portanto, marcados por muitas peculiaridades, como a educação indígena e a socioeducação. Para efeito deste documento, as recomendações mais genéricas de tais estudos foram incorporadas sem, entretanto, avançar em algumas especificidades destacadas.

Destaca-se finalmente que, em mais de uma pesquisa, **recomendou-se fortalecer a parceria das universidades com as secretarias de educação e as escolas da educação básica, tanto na formação inicial quanto na continuada, por meio de projetos e propostas que favorecessem suas necessidades e demandas**. Da mesma forma, o estágio curricular, que se realiza nas escolas, também foi alvo de preocupações, recomendando-se que sua estrutura deveria ser alterada nas licenciaturas, para que ele viesse a ser uma instância efetiva de aprendizagem da docência, solidificando a articulação escolas-universidades. Nos dois casos, tais recomendações não foram incorporadas como recomendações para secretarias de educação justamente por incidirem sobre uma instituição com plena independência em sua gestão e sem vinculação direta com as redes de ensino.

Para encerrar essa síntese das recomendações advindas dos 14 projetos apoiados pelo Edital Anos Finais, há que se registrar que **a boa qualidade de ensino requer, mais do que o oferecimento de ações isoladas para as diversas recomendações feitas, a integração e articulação delas com o projeto político pedagógico de cada escola e o cuidado para que as desigualdades educacionais, fruto das desigualdades socioeconômicas, não se acentuem.** A melhoria da qualidade com equidade nos anos finais no Brasil requer esse trabalho de transformações bem articuladas e integradas.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer n. 1, de 27 de janeiro de 2015. Proposta de revisão da Resolução CNE/CP nº 2, de 16 de maio de 2011, que dispõe sobre a aplicação do disposto no artigo 24 da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 02, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n. 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014 – 2024 - Linha de Base. *Diário Oficial da Uniã*o, seção 1, Brasília, 2014.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei n. 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 98, 25 maio 2010.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. ITAÚ SOCIAL. Edital de Pesquisa *Anos Finais do Ensino Fundamental: adolescências, qualidade e equidade na escola pública,* 2018.